

## Painel II: “Elementos de permanência e desafios futuros para o Brasil”

### Geopolítica do Brasil: elementos de permanência e desafios futuros

Geopolitics of Brazil: elements of permanence and future challenges

Tenente-Coronel Selma Lúcia de Moura Gonzales\* (Moderadora da Mesa 2)

Oficiala do Quadro Complementar do Exército (QCO). Doutora em Geografia Humana pela USP; Mestre em Gestão do Espaço Regional pela UnB; Especialista em Ensino de Geografia pela UEL; Analista e Coordenadora do Núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (2014-2015). Foi professora e pesquisadora no Instituto Meira Mattos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (2013-2016); professora e pesquisadora de geopolítica e crises internacionais da ESG, campus Brasília (2016-2020) e professora assistente no curso Defesa, Segurança e Política Externa do Instituto Rio Branco/MRE (2019-2020). Atualmente, exerce a função de analista e coordenadora de pesquisa do Núcleo de Estudos Prospectivos do CEEEx.



#### Palavras-chave:

Geopolítica; Elementos de Permanência; Desafios.

#### Keywords:

Geopolitics; Permanence Elements; Challenges.

O Seminário “200 anos da Independência: trajetória geopolítica do Brasil”, evento promovido pelo Estado-Maior do Exército no dia 06 de setembro de 2022, buscou discutir, no contexto das comemorações alusivas aos 200 anos da Independência Nacional, a trajetória histórica e geopolítica do nosso País considerando os desafios enfrentados nesse período e as oportunidades futuras e, tendo como eixo transversal, a participação do Exército como instituição nacional permanente.

Nesse contexto, o segundo Painel, denominado “Elementos de permanência e desafios futuros para o Brasil”, teve como proposta trazer à luz os desafios ainda não totalmente superados no processo de construção nacional, os desafios internos e de projeção internacional do Brasil, com destaque para as ameaças e as oportunidades no campo da defesa e segurança nacional.

Ao olharmos para o Brasil do século XIX desde uma perspectiva geopolítica, especificamente o ano de 1822, e seguirmos até o século XXI, ano de 2022, em um recorte temporal dos 200 anos da Independência, vamos identificar elementos de permanência favoráveis, desafios superados e não superados e avanços.

Começando pelos elementos de permanência favoráveis e desafios superados, o primeiro aspecto que se destaca é a capacidade de manutenção da integridade territorial, tanto internamente, traduzido pela unidade nacional, quanto pela conservação dos territórios conquistados, por meio da resolução de questões fronteiriças.

Em um país de dimensões continentais, com 8.510.345,540 km<sup>2</sup>, o 5º maior do mundo em território, não foi tarefa trivial a manutenção da coesão territorial e, concomitantemente, da paz social, em uma realidade onde existiam consideráveis disparidades regionais. A esse desafio, não podemos nos furtar de colocar em relevo a acertada e competente atuação do Exército Brasileiro e do seu Patrono, o Duque de Caxias, nas lutas pela pacificação das revoltas pós independência no século XIX.

Quanto à permanência dos territórios conquistados, destacamos o papel crucial da Diplomacia brasileira nas negociações com os países vizinhos. José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, entre 1895 e 1909, em um período de quatorze anos, conseguiu levar a bom termo as negociações sobre as fronteiras do Brasil com sete países, de maneira que, passados mais de 150 anos desde o último conflito com um país fronteiriço, podemos afirmar que as questões de fronteira foram resolvidas e a cooperação é o caminho que norteia a política externa com relação aos nossos vizinhos.

Ainda na perspectiva geográfica, um segundo elemento de permanência favorável são nossas riquezas naturais. O território brasileiro contém a maior floresta equatorial do planeta, a floresta Amazônica que, por suas características e amplitude, supõe a aproximação com os países dos quais compartilha a sua existência. Para permitir essa visão conjunta dos desafios e oportunidades para gerir o bioma amazônico, em 1978 foi criado o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), envolvendo Brasil, Colômbia, Peru, Equador, Venezuela, Bolívia, Guiana e Suriname. Com sede em Brasília, o TCA foi transformado em Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) em 1995.

Além do bioma amazônico, o território brasileiro guarda outras riquezas, representadas pelas reservas de água doce contidas em sua extensa e volumosa rede hidrográfica, tanto superficialmente quanto em aquíferos de grandes proporções. É o caso do Alter do Chão, localizado no Norte do país e considerado o maior do mundo em volume de águas disponíveis, assim como o Aquífero Guarani, localizado no Sul, estendendo-se por 1,2 milhão de Km<sup>2</sup>, entre Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. Nesse último exemplo, mais uma vez a geografia supõe a cooperação com os países vizinhos para uma visão compartilhada dos desafios e oportunidades na gestão dessas riquezas, pois, é oportuno lembrar que, embora as fronteiras dos países suponham a separação, a geografia física não obedece às construções políticas.

Seguindo na perspectiva dos recursos naturais, podemos citar, ainda, as extensas áreas de terras agricultáveis, os inúmeros recursos energéticos, a rica biodiversidade, o extenso litoral brasileiro e sua zona econômica exclusiva, as áreas de expansão da plataforma continental, entre outros.

Um terceiro elemento de permanência favorável é nossa coesão social. O Brasil tem a sexta maior população do mundo, estimada em 215.169.810 pessoas, segundo o IBGE (2022). Apresentando uma grande diversidade étnica, o País mantém sua estrutura social sem rupturas e as pessoas conseguem se comunicar em um único idioma, fato que não é trivial considerando os diversos movimentos migratórios desde o século XIX até hoje, com a confluência de povos de todos os continentes e regiões do mundo.

Considerando os desafios superados e os elementos de permanência favoráveis, retomemos o que escreveu Therezinha de Castro, em 1986, quando listou as condições básicas indispensáveis que um país deveria possuir, simultaneamente, para se enquadrar na categoria de nação emergente no âmbito das Relações Internacionais. Segundo a autora, seriam os seguintes:

- (1º) Superfície territorial maior do que 5.000.000 km<sup>2</sup>;
- (2º) Continuidade territorial;
- (3º) Acesso direto e amplo ao mar;
- (4º) Recursos naturais estratégicos e essenciais;
- (5º) População maior do que 100 milhões de habitantes;
- (6º) Densidade demográfica maior do que 10 habitantes por km<sup>2</sup> e menor do que 200 habitantes por km<sup>2</sup>;
- (7º) Homogeneidade racial.

Ainda segundo Castro, essas sete condições básicas, naquele contexto [1986], só eram preenchidas por dois países: a China e o Brasil.

Assim, no âmbito das Relações Internacionais, apesar dos grandes espaços vazios por preencher e integrar, figuramos entre as nações mais populosas do Globo. Nação das mais populosas, onde a homogeneidade racial se vem impondo desde os primórdios coloniais, com três condições fundamentais para ser Grande Potência: espaço, posição e matérias-primas; somos, portanto, dentro do conceito geopolítico global, uma Nação satisfeita. (CASTRO, 1986)

Considerando espaço, posição e matérias-primas, geopoliticamente, o Brasil é uma nação incontornável no mundo, porém, não autossatisfeita, haja vista que, ainda, temos vários desafios a serem enfrentados e superados. Desafios que passam pela necessidade de se compactuar uma grande estratégia que alinhe desenvolvimento, defesa e política externa, tendo como eixos norteadores a busca pelo sistemático planejamento de longo prazo e efetiva governança.

Dentre os desafios que o Brasil enfrenta, o tema educação ainda se destaca. Exaustivamente mencionado, ainda é um desafio, pois é a base que dá sustentação à superação dos demais. Uma formação de qualidade, integral em seu sentido lato, resulta em cidadania, pesquisa, inovação, mão-de-obra especializada e, conseqüentemente, desenvolvimento, novas tecnologias, redução de desigualdades e bem-estar social.

Outro desafio refere-se ao processo de desindustrialização, processo danoso à economia nacional, pois se associa a fenômenos negativos, como a perda de competitividade das exportações industriais, que se manifesta por meio da reprimarização da pauta exportadora; e o aumento das importações, não somente de bens de capital e de consumo, como também de insumos industriais, o que afeta nocivamente diversas cadeias produtivas da indústria brasileira (CANO, 2012 apud FIESP, 2015, p. 19). Resumindo, esse processo provoca a redução do valor agregado na pauta de exportações, a dependência na aquisição de produtos tecnológicos e a perda de competitividade na nova Divisão Internacional do Trabalho.

Um terceiro desafio diz respeito à infraestrutura de transportes, pois ainda temos uma inconclusa integração regional, uma distribuição modal concentrada no setor rodoviário e elevados custos operacionais. Não é um desafio simples, considerando as dimensões continentais do Brasil, mas é um aspecto estratégico a ser atendido, pois a infraestrutura de um país é o alicerce que sustenta o desenvolvimento e abre perspectivas para promover maior crescimento. Uma infraestrutura adequada proporcionará a mobilidade (urbana e rural) da população e todas as oportunidades daí decorrentes (deslocamentos e transportes de pessoas, produtos, serviços), permitirá a integração regional e o fortalecimento geopolítico do País, contribuindo para a redução das vulnerabilidades e das disparidades regionais.

Retornando ao Painel, três painelistas abordaram temas que levaram à reflexão sobre “elementos de permanência e desafios futuros para o Brasil”. A primeira fala, do Coronel Guilherme Otávio Godinho de Carvalho, abordou os dilemas estratégicos brasileiros considerando a Defesa, o Exército e a Nação. O segundo expositor, o Professor Doutor Alcides Costa Vaz, trouxe à reflexão alguns desafios estruturais ligados à questão social e à Defesa e, por fim, o Ministro Almir Lima Nascimento, colocou em relevo os desafios tecnológicos no século XXI e o Brasil nesse contexto.

Por fim, há que se considerar que, nesse recorte temporal de 200 anos de Independência, olhamos nossos elementos favoráveis de permanência e nossos desafios. Porém, não podemos nos furtar de mirar o futuro com humildade, coragem e determinação. Humildade para reconhecer os nossos desafios ainda existentes, coragem para buscar soluções compactuadas e efetivas e determinação para que as ações tenham continuidade e se concretizem no curto, médio e longo prazo.

O Brasil tem grandes desafios, mas também tem forte potencial. Um país que reconhece suas fragilidades, mas conhece suas potencialidades, também encontrará caminhos para fortalecer o tripé que caracteriza um Estado-Nação: povo, território e soberania. Prosperidade e bem-estar social para o seu povo; desenvolvimento sustentável, crescimento econômico, paz social e capacidade de defesa para manter sua integridade territorial e sua soberania. Em suma, um País próspero, coeso, multiétnico e que se destaca positivamente no concerto das nações.

## Referências

CASTRO, Therezinha de. *Retrato do Brasil: Atlas-texto de Geopolítica*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1986, p. 33 e 34.

FIESP. *Perda de Participação da Indústria de Transformação no PIB*. Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos. Maio 2015. Disponível em: <[www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=191508](http://www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=191508)>. Acesso em: 13 set.2017.

IBGE. *Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2022. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html](http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html)>. Acesso em 5 out. 2022.

